



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 064.4.55.O**

**DATA: 05/04/18**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Não Deliberativa de  
Debates - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 14h**

**TÉRMINO: 16h15min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

<b>Hora</b>	<b>Fase</b>	<b>Orador</b>
14:32	PE	PAES LANDIM

**Obs.:** Incluído o discurso do Deputado Bonifácio de Andrada proferido na Sessão Não Deliberativa de Debates da Câmara dos Deputados nº 55, realizada em 28 de março de 2018.

**Ata da 64ª Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa de Debates, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 5 de abril de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**Miro Teixeira, Mauro Pereira, Erika Kokay, Hildo Rocha e Zé Geraldo, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**



### **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 62 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

### **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

### **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 064.4.55.O**

**Data: 05/04/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Não Deliberativa de Debates - CD**

**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Passa-se ao

**IV - PEQUENO EXPEDIENTE**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 253-A, de 2016, do Senado Federal, que “altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade”, e apensadas, e*

*Resolve*

*I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;*

*II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 10 de abril, terça-feira, às 14h20, no Plenário 1 do Anexo II.*

*Brasília, 5 de abril de 2018.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*



## **COMISSÃO ESPECIAL**

### **PROPOSIÇÃO: PEC 253-A/16**

#### **PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB**

**Titulares:** Andre Moura (PSC), Beto Salame (PP - vaga do PROS), Carlos Melles (DEM), Covatti Filho (PP), Daniel Vilela (PMDB), Hildo Rocha (PMDB), Laudivio Carvalho (PODE), Paes Landim (PTB), Renato Molling (PP), Sergio Souza (PMDB), 2 vagas.

**Suplentes:** Abel Mesquita Jr. (DEM), Danilo Forte (DEM), Junior Marreca (PEN), Marcos Rogério (DEM - vaga do PDT), Roberto Balestra (PP), Vitor Valim (PMDB), Wilson Filho (PTB), (Deputado do PSOL ocupa a vaga), 4 vagas.

#### **PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**

**Titulares:** Caetano (PT), Enio Verri (PT), Herculano Passos (PSD), João Fernando Coutinho (PROS - vaga do PSB), Saguas Moraes (PT), Stefano Aguiar (PSD - vaga do PSB), Vicentinho Junior (PR), (Deputado do PP ocupa a vaga), 2 vagas.

**Suplentes:** Helder Salomão (PT), (Deputado do PSB ocupa a vaga), 6 vagas.

#### **PSDB/PSB/PPS/PV**

**Titulares:** Pedro Cunha Lima (PSDB), Rodrigo de Castro (PSDB), Rubens Bueno (PPS), (Deputado do PROS ocupa a vaga), (Deputado do PSD ocupa a vaga), 1 vaga.

**Suplentes:** Valtenir Pereira (PSB - vaga do PROS), 6 vagas.



**PDT**

**Titular:** Afonso Motta.

**Suplente:** (Deputado do DEM ocupa a vaga).

**PSL**

**Titular:** 1 vaga.

**Suplentes:** Professor Victório Galli (vaga do PSC), 1 vaga.



**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Antes de iniciar formalmente os trabalhos, quero dizer que a Câmara dos Deputados não poderia deixar de realizar esta sessão, mesmo que para cumprir uma formalidade, após o esforço do Supremo Tribunal Federal para completar ontem o julgamento do *habeas corpus* cujo paciente é o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estes microfones devem estar abertos a todos aqueles que desejem se manifestar ou que se considerem no dever de exercer as suas prerrogativas diante do exercício das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal, cuja decisão nos cabe cumprir.

Faço essa manifestação homenageando o Deputado Mauro Pereira, que hoje deixa o mandato. Trata-se de um Deputado atuante, de presença permanente, com posições duras, verdadeiras, sinceras, que despertam divergências. Mas talvez a virtude esteja em despertar divergências, porque não se arreda pé da verdade. A verdade é de cada um, a verdade não é absoluta. Divergindo muitas vezes do Deputado Mauro Pereira, eu lhe manifesto minha admiração.

Creio que esta sessão, daqui a pouco, deve passar a ser presidida por V.Exa., Deputado. Creio que devemos marcar, com esta homenagem, a passagem de V.Exa. por esta legislatura.

O Dr. Ulysses Guimarães, certa vez, no auge da movimentação da Assembleia Nacional Constituinte, algo que dificilmente se repetirá, já que não se faz uma Constituinte toda semana, disse: "*O próximo Congresso será pior do que este*". A frase foi mal interpretada, porque o pior, no caso, dizia respeito à velocidade da Constituinte, à necessidade de se decidir tudo nominalmente, diante das 10 mil pessoas que transitavam por aqui diariamente.





A presença do Deputado Mauro Pereira e de outros como ele fez este Congresso melhor do que o do ano passado. Eu tenho certeza de que o próximo Congresso será melhor do que este, porque nós somos a Casa do Poder Legislativo mais fiscalizada pelo povo, mais transparente e mais sensível ao clamor popular.

Não existe democracia com a Câmara dos Deputados fechada! A democracia existe com a Câmara dos Deputados, com a liberdade de imprensa. Tanto é assim que as ditaduras fecham em primeiro lugar a Câmara dos Deputados e silenciam a imprensa. A imprensa são os olhos da Nação, e os Deputados — podemos dizer — queremos ser a voz da Nação.

Sem dúvida alguma, o Deputado Mauro Pereira foi a voz daqueles que o trouxeram a esta Casa. Espero que se multipliquem. Que ele aqui esteja, com outros Mauros Pereiras de tamanha qualidade, a afirmar que o próximo Congresso será sempre melhor!



**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Estou quase sem palavras, Presidente Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Cumprimento V.Exa., nosso grande líder nacional. Há muitos anos, eu nem sonhava em ser Vereador, em estar na vida pública, e já acompanhava o trabalho de V.Exa., a determinação, a coragem, a transparência e a pureza com que conduz as suas atitudes. É um homem firme, um homem correto, um homem com convicções. Deus quis que hoje, no dia da minha despedida — eu sou suplente —, estivesse V.Exa. presidindo esta sessão, estivéssemos nós dois neste plenário, além de colegas servidores. Parlamentares, aqui, agora, somos apenas V.Exa. e eu. Eu quero lhe agradecer muito as palavras. Elas vão ficar marcadas na minha memória, porque são palavras de um grande líder, que merece todo o respeito da sociedade brasileira. Muito obrigado.

Sr. Presidente, estou recebendo aqui hoje Prefeitos do Rio Grande do Sul, da Serra Gaúcha. Eles vivem aqui em busca de recursos, em busca de emendas orçamentárias em favor dos seus Municípios, pois é em Brasília que as coisas acontecem, onde se efetiva a maior arrecadação.

Eu estou aqui com o nosso Prefeito Antonio Cettolin, da cidade de Garibaldi, que é o Presidente da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste — AMESNE, que conta com 31 Municípios.

Está aqui também o meu amigo Prefeito Cláudio Ferrari, do Município de Barão, cidade que completa 30 anos no próximo dia 12 de maio. Barão é uma cidade da Serra Gaúcha, que se destaca pela produção de ovos, de frangos, de



suínos. Faço referência também a sua indústria. Essa cidade está gerando empregos. É de lá uma das maiores indústrias da América Latina, a ORTOBRAS, que fabrica cadeiras de rodas, elevadores para ônibus, outros produtos. Barão é um Município que merece todo respeito do nosso Estado e do País. O Prefeito está aqui em busca de recursos. Aconteceu um vendaval lá que destruiu o ginásio de esportes. Mas já conseguimos os recursos para levantá-lo novamente.

O Prefeito Cettolin vem a Brasília defender os interesses não só do Município de Garibaldi, mas também da região.

Aproveito a oportunidade para comunicar que vai acontecer a 9ª Festa Colonial de Barão, de 10 a 13 de maio. No dia 12, como eu disse, será comemorado o aniversário da cidade.

Sejam bem-vindos, Prefeitos!

Espero que todos os colegas Deputados possam ajudar os Municípios, onde as coisas realmente acontecem. Eles precisam de apoio.

Presidente Miro Teixeira, agradeço novamente suas palavras. Não sei se eu merecia tanto, mas Deus quis que eu ouvisse as palavras de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Eu fiz questão de assumir a Presidência, como decano, para homenageá-lo e também lhe deixar franqueado o tempo. Se V.Exa. quiser ocupar a tribuna na continuidade, eu lhe asseguro a inscrição e, em seguida, à Deputada Erika Kokay.

Deputado Mauro, depois do seu discurso, creio que V.Exa. honrará esta Casa presidindo a sessão no dia de sua despedida.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Miro Teixeira) - Concederei a palavra à Deputada Erika Kokay. Antes, porém, comunico que passarei, com todo o respeito, em seguida, a presidência ao Deputado Mauro Pereira, como uma homenagem.

Como havia anunciado antes de V.Exa. chegar à tribuna, Deputado Mauro Pereira, sempre escuto, com muito apreço, as suas palavras e passarei a ouvi-las do plenário.

Passo a presidência ao Deputado Mauro Pereira.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Penso que o Brasil acorda com a democracia em frangalhos, com o Estado Democrático de Direito rompido, em decorrência de decisão que se estabeleceu ontem no Supremo Tribunal Federal, que, de forma muito nítida, agride a Constituição brasileira.

Nós temos um dos maiores juristas deste País, um dos juristas mais citados pelos membros do Supremo Tribunal Federal, Afonso Silva, que diz de forma muito clara que não há interpretação sobre presunção da inocência, não há presunção da inocência pela metade, não há presunção da inocência que se faz ou não se faz. Existe a presunção da inocência. E digo eu: é uma cláusula pétrea, que é direito fundamental, a presunção da inocência, isto é, que ninguém pode ser responsabilizado ou culpado sem que haja um processo transitado em julgado. Ninguém pode ser preso se o processo não está exaurido, porque há a presunção da inocência.



A Constituição não é uma massa de modelar a qual nós vamos adaptando de acordo com interesses que estão em curso. A Constituição tem que ser cumprida, senão é barbárie, senão é barbárie. E fere-se a Constituição na presunção da inocência para se ter espaço para continuar ferindo a Constituição na dignidade humana. Todas e todos nós sabemos que o que está em curso é a construção de uma prisão política para Luiz Inácio Lula da Silva.

Alguém aqui me diz qual é o crime que Lula cometeu? Como é que este País pode achar que há normalidade democrática quando nós temos uma Presidenta que foi cassada sem crime de responsabilidade? E não sou eu quem digo. Esta semana, aquele que à época era Líder do Governo, ou aquele que era um dos maiores defensores de Temer e Líder da Oposição, disse de forma muito clara: *“Nós tiramos Dilma Rousseff, porque Dilma Rousseff não dialogava com o Parlamento”*. E Temer dialoga com o Parlamento. Diálogos que nós não sabemos quais as conotações que têm, diálogos que talvez não saibamos qual é o seu teor, porque não podem ser ditos, sem que se firam os princípios da legalidade.

Mas aqui foi dito: *“Nós tiramos Dilma Rousseff, porque Dilma Rousseff não dialogava com o Parlamento”*. E também foi dito, durante a discussão do golpe parlamentar que tirou Dilma Rousseff, que era preciso tirar Dilma Rousseff porque a inflação estava alta, era preciso tirar Dilma Rousseff porque a rodovia que iria correr por aquela cidade não tinha sido feita, era preciso tirar Dilma Rousseff em função dos 12 milhões de desempregados — diziam eles à época. Bom, chegou-se a 14 milhões de desempregados com o Governo Temer. Mas não só isso, os 12 milhões de desempregados, os 3 milhões de desempregados começaram a se formatar durante o começo do processo de *impeachment* nesta Casa. Portanto, dos 12



---

milhões de desempregados, pelo menos 3 milhões se deram no momento em que esta Casa se curvou a uma chantagem de Eduardo Cunha, que queria a sua salvação no Conselho de Ética, e, ao não ter a sua salvação avalizada pelo Partido dos Trabalhadores, imediatamente instaurou o processo de *impeachment* aqui. Quando esse processo se iniciou, 3 milhões de desempregados se firmaram no País.

Mas Temer foi além disso, tanto é que hoje nós temos mais de 13 milhões de desempregados, e, pela primeira vez na história brasileira, nós temos mais empregos informais do que empregos formais. É isso que nós estamos vivenciando no Brasil. Dilma foi vítima de um golpe. Hoje, ninguém mais duvida disso. Hoje, os próprios construtores do golpe assumem de forma muito nítida e buscam mais adiante e aprofundando o golpe, mostrando que um golpe nunca fica ensimesmado. Ele vai esgarçando o tecido dos direitos; vai esgarçando o tecido dos direitos. Ele veste, às vezes, verde e amarelo, o que me parece um cinismo e um acinte para com este País. Como se veste verde e amarelo e se diz que defende o Brasil, quando se entregam os poços do pré-sal para a Shell e se isenta a Shell em 3 trilhões de reais nos próximos anos? Como é possível dizer que se veste verde e amarelo, que se defende o Brasil, quando se quer vender a ELETROBRAS? Nos Estados Unidos, por exemplo, as hidrelétricas estão sob proteção do exército. Isso diz respeito à soberania nacional, a este País se colocar de pé, porque esse é um insumo básico para qualquer desenvolvimento. E se quer vender essa empresa, que custa 400 bilhões, por 9 bilhões. Que defesa é essa do Brasil? Que defesa é essa?

E por que as panelas se calaram quando houve duas denúncias contra Michel Temer? Por que as panelas se calaram quando o Brasil inteiro escutou, porque



invadiu todas as casas, o som da voz de Michel Temer negociando, negociando com empresários? Por que as panelas se calaram? Por que as panelas se calaram quando os amigos de Michel Temer foram presos, as pessoas da sua mais alta confiança? Por que as panelas se calaram quando Aécio Neves foi liberto e quando Aécio Neves foi inocentado, pela mesma Cármen Lúcia — a mesma Carmen Lúcia, que, de uma forma absolutamente articulada, apequenou o Supremo Tribunal Federal, apequenou o Supremo Tribunal Federal ao se curvar às pressões?

E as pressões foram diversas, as pressões foram vigorosas, as pressões dos meios de comunicação. Essa mesma Rede Globo, aplaudiu o Golpe de 1964 e construiu o golpe de 2016, aplaudiu e construiu a prisão política de Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil e o mundo inteiro têm se solidarizado com o PT, porque o mundo inteiro sabe que é uma prisão política. Digam-me qual é o crime cometido por Luiz Inácio Lula da Silva? Bom, a reforma de um tríplex. Mas o tríplex não é dele; e todos sabem que o tríplex não é dele. E qual foi o ato que Lula fez para beneficiar empreiteiras, para poder ter como troca este nível de favorecimento? Não há nem favorecimento, porque o tríplex não é dele, e tampouco há o ato cometido por Lula. A sentença do Sr. Sérgio Moro diz que é um ato indeterminado. Não tem ato. Não tem ato. Não tem crime a ser pontuado contra Luiz Inácio Lula da Silva, todos esses sabem disso, como sabiam que Dilma Rousseff não tinha cometido crime de responsabilidade.

Hoje assumem, hoje assumem que Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade e que foi a estratégia que os sem-votos conseguiram, porque Luiz Inácio Lula da Silva é a maior liderança viva deste País. Luiz Inácio Lula da Silva



representa a esperança do povo brasileiro. E o povo brasileiro diz: “*Quero Lula de volta*”. As pesquisas todas indicam isso. Mas me vem um juiz, um Ministro do Supremo Tribunal Federal, e diz: “*É preciso escutar o povo*”. Bom, mas que povo que ele está escutando? Primeiro, não se pode escutar o povo e ferir a própria lei e rasgar a Constituição, porque se escuta o povo.

Se nós formos ver qual é a voz do povo em todas as pesquisas, veremos que ele quer Lula de novo presidindo o Brasil, porque ele, na sua esmagadora maioria, sabe que Lula está sendo perseguido, que esta é uma prisão política que apequena este País, que mostra as entranhas de um golpe que se tentou disfarçar com os paletós, que se tentou disfarçar com as togas, e, agora, as fardas se sentem à vontade para vestir o golpe, para vestir o golpe.

Portanto, o que nós estamos vivenciando neste País é a destruição do Estado Democrático de Direito. O Exército, os militares, vai à televisão, ou às redes sociais, melhor dizendo, para dizer que não vai admitir que o Supremo acate um *habeas corpus* — *habeas corpus* que está respaldado, fundamentado dentro da própria Constituição brasileira. Diz que não podemos respeitar a Constituição, que foi ferida uma vez em 2016, e é ferida quando não se homologam as terras indígenas, quando não se combatem a LGBTfobia, o sexismo, o racismo, porque esta Constituição de 1988 é pacto democrático. Nela estão a dor e a esperança de segmentos invisibilizados neste País, que teceram uma Constituição com os fios da dignidade humana, e ela está ferida.

E o que me diz a Ministra? A Ministra diz, num festival de tibieza, que é contra a prisão em segunda instância, mas que segue o Colegiado, Colegiado do qual ela





faz parte, Colegiado em cuja maioria ela se respalda, para estabelecer um voto contra a Constituição, porque, sem o voto dela, não seria maioria.

O que nós vimos no dia de ontem é que foi urdida uma estratégia. Não se apreciou a ação direta de constitucionalidade, mas se pegou o *habeas corpus* de Luiz Inácio Lula da Silva para fulanizar a discussão e, ao mesmo tempo, para açular o ódio que já se expressa em balas, que já se expressa em paus.

E o que dizer de um País em que um procurador diz que não tem provas, mas tem convicções, e, em cima das suas convicções antipopulares, estabelece uma denúncia e faz greve de fome contra a decisão do Supremo? Que República é esta? Ela não pode ser chamada de República.

Não pode ser chamada de República uma quadrilha dentro do Palácio do Planalto, saqueando e entregando o País, retirando direitos e destruindo a perspectiva de termos uma eleição livre, mas não é só isso. O Exército, os meios de comunicação, os empresários nos lembram de que ainda estão vivas as feridas da ditadura militar, quando empresários financiavam as salas escuras de tortura e quando saíram financiando manifestações e financiando a construção de um golpe contra Luiz Inácio Lula da Silva. Que medo que eles têm de Lula! Que medo que eles têm de Lula, porque Lula tem o respaldo do povo brasileiro, um respaldo construído em 8 anos de Governo, o melhor Governo que este País já teve.

Ah, nós vamos resistir! Nós vamos resistir porque está se asfixiando, está apertando o cerco para destruir de forma absolutamente concreta a democracia neste País, que já está aos frangalhos, que já está no pelourinho sendo chicoteada. Chicotes, aliás, que foram aplaudidos por uma Senadora da República, que aplaudiu a ação de quem tirou o chicote que era utilizado contra os escravos neste País e



---

acionou o chicote no lombo da população brasileira e no lombo da democracia. Essas ações que se transformaram em tiros tiveram o aplauso de uma Senadora da República! O debate não é mais um debate de ideias, é o debate do ódio contra a possibilidade deste País ser mais justo e mais igualitário.

Ao mesmo tempo, o Governador do Estado de São Paulo disse que colhem o que plantam. Vejam bem, aplaude de outra forma a violência estabelecida.

Nós vamos resistir e Lula será o próximo Presidente deste Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

*Durante o discurso da Sra. Erika Kokay, o Sr. Miro Teixeira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul, por 2 minutos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sei que V.Exa., de forma muito generosa, já apresentou o Cláudio Ferrari, nosso amigo, meu companheiro de partido, nosso querido Prefeito de Barão, e também o Prefeito de Garibaldi, Cettolin. São duas figuras expressivas. São nossos amigos, e eu quero homenageá-los e agradecer-lhes pela visita. Nós somos parceiros, temos demandas de recursos para os Municípios — já destinamos recursos para Garibaldi em outras oportunidades.

Quero também me valer da ocasião para apresentar a Jossane da Silva Oliveira, nossa suplente de Vereadora em Charqueadas e nossa Secretária de Assistência Social.

Charqueadas é um Município importante da Região Metropolitana de Porto Alegre, região carbonífera, onde há muitos presídios, muitas demandas sociais, muitas angústias, e essa jovem, pequena no tamanho, mas grande no talento — que, aliás, tem formação em serviço social; exatamente na área social —, é uma grande Secretária. Nosso Prefeito Simon tem uma assessora à altura da demanda e das angústias do povo de Charqueadas.

Nós também estamos encaminhando recursos para Charqueadas; temos mais algumas demandas na área social.

Ou seja, estamos juntando as nossas forças para ajudar o nosso Rio Grande, o nosso povo, a nossa gente.

Sejam todos muito bem-vindos à Câmara dos Deputados!

Um abraço a vocês!



Muito obrigado, Jossane, e parabéns pelo trabalho!

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, por 2 minutos.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Presidente Mauro Pereira, é uma satisfação vê-lo presidindo esta sessão.

Comunico à Casa, Sr. Presidente, que acabamos de vir de um evento muito importante realizado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, do qual participaram o Presidente Michel Temer, o Ministro Blairo Maggi, representantes da própria EMBRAPA e técnicos de todo o Brasil. Trata-se do lançamento, pelos Correios, do selo comemorativo Brasil Livre de Aftosa.

Hoje, o Brasil é reconhecido como área livre de aftosa, uma doença que ataca animais. Com isso, o Brasil pode exportar para o mundo as nossas proteínas animais, principalmente bovinas e suínas, sem ter o problema dessa terrível doença, que afeta rebanhos no mundo inteiro. O Brasil se torna área livre de febre aftosa com vacinação.

Sr. Presidente, agora menciono o trabalho muito importante que foi feito em Santa Catarina, que é área livre de aftosa sem vacinação. É o único Estado brasileiro que já tem 18 anos nessa condição. É um exemplo para o Brasil. Oxalá todos os Estados do Brasil consigam se tornar área livre de aftosa sem vacinação.

Isso quer dizer que o mercado mundial está se abrindo para o consumo das nossas carnes, fato importante para que se valorize o País e o nosso produtor.

Eu queria parabenizar o nosso pessoal das cidades de Santa Catarina, o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, que fez esse grande e importante trabalho para o Brasil, para que nós possamos conquistar novos mercados,



principalmente agora, quando estamos em crise de exportação de suínos e sobretudo de aves.

Espero que possamos virar essa página e que o mundo possa reconhecer o Brasil como um dos maiores produtores das melhores carnes, o que realmente é.

Nós precisamos reconhecer esse trabalho que foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto.



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Concedo a palavra por 2 minutos ao Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar que estou dando entrada a um projeto de lei que busca recursos para as Santas Casas deste País e também para entidades sem fins lucrativos na área da saúde. Creio que esta é uma ajuda importante.

Se aprovado, recursos arrecadados em leilões realizados pela Receita Federal poderão ser destinados à área da saúde brasileira.

Estou dando conhecimento à Casa do ingresso desse projeto.

E agradeço ao Deputado Paes Landim a deferência de ter permitido que eu falasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Obrigado, Deputado Roberto Freire.



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paes Landim, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PTB/PROS/PSL.

**O SR. PAES LANDIM** (Bloco/PTB-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) -  
**DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

(Discurso publicado na Sessão nº 075, de 17/04/18.)





**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao nosso amigo Deputado Pompeo de Mattos, por 5 minutos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT, e por mais 5 minutos, como orador do Pequeno Expediente.

V.Exa. falará por 10 minutos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Mauro Pereira, Deputada Erika Kokay, colegas Parlamentares, primeiro, quero usar da tribuna para agradecer a Deus e agradecer ao meu partido, o PDT, bem como aos meus colegas da Comissão de Legislação Participativa, que me deram a oportunidade de presidir essa importante Comissão da Câmara dos Deputados.

Nós temos aqui 25 Comissões técnicas, ou seja, só 25 Deputados têm esta honraria de anualmente presidir uma Comissão, e esta honraria me coube, ao substituir a Deputada Flávia Moraes, do Estado de Goiás, que me antecedeu e que vinha fazendo um excelente trabalho, ao qual tenho o desafio de dar continuidade. O meu partido me deu essa missão, que vou procurar honrar.

A Comissão de Legislação Participativa é uma espécie de portal de acesso do cidadão e da cidadania nesta Casa. As entidades civis organizadas, com as suas propostas, com as suas ideias, com os seus projetos, com os seus propósitos, com suas angústias, com suas demandas, encontram na Comissão de Legislação Participativa o espaço para apresentar os seus propósitos, e nós temos ali, então, a transformação dessas ideias em projetos.

Quero reafirmar que a porta não tem tramela; aliás, nem porta há. Ninguém vai dar “*Ô de casa*” em tapera na Comissão de Legislação Participativa. O cidadão, a cidadania, enfim, são todos muito bem-vindos, de todos os matizes, de todas as



cores, de todos os partidos, de todos os credos, de todas as convicções. Estaremos abertos ali de maneira plúrima, de maneira coletiva, para que possamos absorver o sentimento da comunidade, da população, do cidadão, e fazermos com que isso venha para dentro da Casa.

O Parlamento não pode ser cego, não pode ser surdo e não pode ser mudo. O Parlamento tem que falar, o Parlamento tem que enxergar e o Parlamento tem que ouvir. E nós vamos ter esta sensibilidade muito claramente. Aliás, eu quero fazer uma inovação na Comissão no sentido de que ela passe a interagir intensamente com os legislativos municipais, porque se chama Legislação Participativa. Não existe ninguém que possa participar de maneira mais efusiva numa Comissão dessa natureza do que os legislativos municipais.

Os nossos edis, os nossos Vereadores são a base de todo o projeto político-legislativo. São aqueles que batem na porta do eleitor, do cidadão, da cidadania, e o cidadão, eleitor e cidadania batem na porta da casa do Vereador.

Queremos receber os Vereadores, que eles interajam com a Comissão, para que nós possamos, de maneira efusiva, intensa, aproveitar as iniciativas deles, melhorá-las, ampliá-las. Queremos melhorar a legislação pátria. Esperamos que a Câmara dos Deputados tenha sensibilidade para ouvir mais, ouvir melhor e fazer mais e melhor para o cidadão, para a cidadania.

A nossa razão de ser é dar à população leis, normas, regras, instrumentos para melhorar a qualidade de vida dela. Esse é o meu compromisso. Essa é a minha responsabilidade. Junto com os meus pares, nós vamos fazer isso de maneira muito intensa e muito afirmativa.



Por outro lado, Presidente, quero, nesta oportunidade, fazer novamente um apelo a S.Exa. o Governador do Estado, José Ivo Sartori, e ao meu colega Deputado Cezar Schirmer — fomos Deputados na Assembleia Legislativa e nesta Casa —, que é Secretário de Segurança do Estado, para que sejam nomeados os agentes penitenciários.

Não se trata, aqui, de nenhum casuísmo. Não se trata de colocar uma faca no pescoço, no peito do Governo. Não! Não se trata de colocar ninguém contra a parede. Na verdade, nós temos uma necessidade real, premente, em razão do que está acontecendo no sistema prisional no Rio Grande do Sul.

Reparem, neste último mês nós tivemos pelo menos cinco presídios incendiados: o presídio de Osório, o presídio de Canoas, o presídio de São Leopoldo, o presídio de Carazinho, onde morreram dois detentos. No presídio de Rio Grande, nesta madrugada, morreram cinco detentos e um agente, intoxicado, foi parar no hospital. Então, é grave a situação!

Além disso, há fugas. Em Lagoa Vermelha, nesta madrugada, dois presos fugiram. Os prédios são antigos, e não há agentes para fazer a segurança necessária. Os presos estão cavando túneis e fugindo. Em Erechim, houve uma fuga também.

Com a falta de agentes e com a saída, em muitos lugares, do apoio externo de segurança feito pela nossa Brigada Militar, os presídios são uma espécie de barril de pólvora. O pior cego não é quem não vê; é quem não quer ver. E só quem não quer ver é que não enxerga o que está acontecendo. Depois, não adianta chorar sobre o leite derramado. Não adianta vir aqui se queixar.



É hora de agir! É hora de tomar uma atitude! Eu faço esse apelo com a experiência de advogado na área criminal. Eu sei quão sensível é a questão prisional. Hoje, o preso está contido; amanhã, ele estará contigo.

Se nós não cuidarmos decentemente dos presídios, vamos pagar com o nosso patrimônio ali na frente, vamos pagar com as nossas vidas. A coisa é mais séria do que estão imaginando.

Se eu quiser um bom médico ou alguns bons médicos, vou aos melhores hospitais. Se eu quiser encontrar alguns bons professores de ensino superior, vou às melhores universidades. Se eu quiser encontrar bons atletas, bons jogadores de futebol, vou aos melhores times — Grêmio, Inter, Corinthians, Flamengo, Santos, Palmeiras. Se nós quisermos encontrar alguém envolvido com muita intensidade no crime, onde eles estarão coletivamente? Eles estarão nos presídios.

Então, por favor, prestem atenção, fiquem de olho nos presídios! Ali está o mais grave problema da segurança pública deste País. Repito: ali está o mais grave problema da segurança pública deste País! Os presos estão fazendo dos presídios os seus escritórios. É uma coisa impressionante! De lá, eles dão voz de comando para a execução das ações criminosas aqui fora: sequestro, latrocínio, assalto, assassinato, tortura, todo tipo de crime. Isso é grave, é gravíssimo!

Eu estou fazendo este apelo, e o faço com veemência, para que S. Exa. o Governador chame os agentes penitenciários, treine os agentes penitenciários e os qualifique.

Está aqui a Sra. Jossane, nossa Vereadora e Secretária de Ação Social lá de Charqueadas, Município que tem o maior complexo prisional, eu não sei, talvez até do Brasil, com certeza o maior do Rio Grande do Sul. A Secretária Jossane Oliveira



sabe muito bem o que é a angústia de conviver com um barril de pólvora na sua cidade.

Portanto, eu estou fazendo este apelo! Não se trata de questão política, não se trata de questão partidária; trata-se de política pública prisional, em que o Estado tem a responsabilidade de dar a voz de comando, de dar a diretriz, de encaminhar soluções, de dar resposta, e este é o apelo que estou fazendo aqui.

Isso não é corporativismo! O apelo não é para que sejam nomeados agentes, e eles tenham a oportunidade de trabalhar, não. É também isso, mas não é só isso, e não é por isso tão somente; é pela necessidade premente de darmos uma resposta a esses graves problemas que estão ocorrendo nos presídios no meu Estado do Rio Grande do Sul.

Eu tenha certeza de que o Governador, ciente e consciente, haverá de dar uma resposta a isso. Este é um apelo que eu faço veementemente pela terceira ou quarta vez.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Mauro Pereira, eu sei que V.Exa. hoje deixa esta Casa e, com certeza, vai deixar um vácuo neste plenário, principalmente. Sei que suas atividades aqui em Brasília foram intensas e tantas.

No Plenário, V.Exa. esteve sempre com sua posição firme, forte e vibrante, em defesa daquilo que acredita, em defesa das boas teses e dos bons projetos que aqui tramitaram, nas relatorias, nas Comissões, na Frente Parlamentar da Agricultura, defendendo o seu Rio Grande na questão da agropecuária brasileira e gaúcha, os vinhos — V.Exa. foi Presidente da Frente Parlamentar da Vitivinicultura. Eu queria deixar aqui a minha homenagem.

Além disso, V.Exa., Deputado Mauro, fez muitos amigos aqui, inclusive este que fala, pois tive o prazer de conhecê-lo. Estive na sua terra, na Festa da Uva de Caxias do Sul, e fui recebido com muita alegria e com uma distinção especial por V.Exa. ser a figura que é.

Quero deixar registrado, em nome daqueles que não puderam fazê-lo, o meu reconhecimento pelo seu trabalho e agradecer-lhe por sua presença e luta nesta Casa em prol do Brasil. É isso que nós temos que dar importância neste Parlamento.

V.Exa. é um homem que faz um trabalho pelo Brasil, com seus projetos, suas defesas, suas teses, sempre com uma voz ativa e vibrante, participando desse processo. Parabéns, Deputado Mauro Pereira!



Que Deus o acompanhe nas suas caminhadas, nas suas empreitadas, que eu tenho certeza lhe trarão o sucesso que V.Exa. merece nessas e em outras caminhadas que fará. Parabéns!

V.Exa. é realmente uma pessoa que vai deixar um vazio nesta Casa, vai fazer falta no dia a dia. Esperamos encontrá-lo novamente. Tenho certeza de que o povo gaúcho vai reconhecer o seu trabalho e trazê-lo de volta para este Parlamento no ano que vem, se for o seu desejo se candidatar.

Sr. Presidente, queria falar um pouco do trabalho feito por esta Casa na luta para buscarmos uma saída para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, uma saída criada pelo Supremo Tribunal Federal, onde se votou pela inconstitucionalidade do pagamento do FUNRURAL e, 10 anos depois, votou-se pela constitucionalidade, criando um grande problema, um impasse dentro da agricultura brasileira.

Muita gente pensa que o agricultor não paga imposto. Ele paga imposto, sim! São 2,3% sobre a renda bruta, quer dizer, sobre tudo o que ele produz. E o que é pior: o agricultor é o único que não se compensa daquilo que compra. Por exemplo, ele compra um fertilizante, compra óleo, compra defensivos, compra sementes e paga imposto. Quando ele vende alguma coisa, ele paga imposto de novo e não tem um crédito para compensar, como ocorre na indústria, no comércio e em outros serviços.

Portanto, o agricultor paga, sim, em todas as etapas ele paga o imposto. Com certeza, essa é uma coisa que poucos reconhecem.

Muitos não entenderam a questão do FUNRURAL que nós votamos aqui. O agricultor paga, sim, o FUNRURAL, que é a Previdência da nossa agricultura. “Ah,



*não! A agricultura paga 9 bilhões e gasta 90 bilhões*". Nós vamos sempre defender que o agricultor pague a Previdência, que continue se aposentando: 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens. Porém, nós criamos uma situação em que ele pode optar, porque renovamos a taxa do FUNRURAL: ou ele paga 1,5%, ou ele paga a folha. Portanto, é uma opção, mas ele sempre terá que pagar.

Muitos dizem: "*Não vou mais pagar o FUNRURAL*". Não há como! Tem que pagar a Previdência, para garantir a aposentadoria dos que irão se aposentar e daqueles que já se aposentaram. Essa é uma coisa que temos de esclarecer, mas, de qualquer forma, há que se pagar.

Outra questão reconhecida na agricultura brasileira é o efeito cascata, porque o agricultor paga imposto em todas as etapas da produção, desde a semente, aquela que é plantada, e depois, quando vendida, ele paga de novo. Se o produtor cria animal, ele paga pelo leitão, paga no crescimento, paga na engorda, e depois paga, lá na ponta, na venda. Então, são impostos duplos e triplos, em cascata. Nós precisamos realmente esclarecer esse efeito cascata, mas isso foi retirado, ou seja, vai-se pagar uma vez só o FUNRURAL.

Dentro desse projeto do FUNRURAL, Presidente, nós também aprovamos a renegociação das dívidas da agricultura familiar, dos pequenos agricultores e principalmente daqueles inscritos no PROCERA, que é o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Com esse Programa, muitos agricultores tomaram empréstimo e não conseguiram pagar, mas, com o benefício de retirada de multas, juros e correções monetárias, os descontos chegaram a ser de 90%.

Então, fizemos, sim, um grande trabalho para cuidar da agricultura familiar do Nordeste, dos nossos assentados da reforma agrária e do pequeno agricultor. Eles





poderão — e deverão — ir aos bancos para resolver essa situação de dívida ou de inadimplência por não conseguirem pagar os seus financiamentos. Eu acho que foi uma vitória do setor produtivo. Todos são beneficiados, embora alguns discordem por achar que não devem pagar nada ao FUNRURAL, mas foi a maneira que a Casa aqui entendeu.

Quero parabenizar a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária. A Deputada Tereza Cristina foi a nossa Relatora nessa luta, que foi feita para achar uma saída. Se houver outra decisão do Supremo Tribunal Federal, mudando orientações, essa decisão vai ser respeitada, mas essa foi a maneira que nós encontramos para caminhar nesse processo em que, se não fizéssemos uma saída legislativa, teríamos, com certeza, os agricultores na inadimplência, na SERASA, na impossibilidade de buscar novos recursos para os seus financiamentos e tocar a vida agrícola.

Nós precisávamos esclarecer bem tudo isso. E, embora muita gente ainda critique, penso que achamos o caminho para pacificar o campo e buscar uma saída na dificuldade que temos no custo de produção, nos impostos altos da agricultura em todo o Brasil, a fim de podermos viabilizar a produção e para o nosso agricultor continuar na atividade. Nós precisamos exportar os nossos produtos, que são bons, e a vida continua, com a agricultura defendendo o Brasil e segurando a economia. É disso que nós precisamos, é isso que queremos.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, deixando a V.Exa., Deputado Mauro Pereira, mais uma vez, o nosso agradecimento pelo seu trabalho e pela sua luta, em nome do PMDB. Aqui está também o nosso Líder, o Deputado Hildo Rocha,



que deverá também cumprimentá-lo depois, mas V.Exa. vai ter o reconhecimento eterno desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina.

Agradeço as palavras e quero dizer que, sem sombra de dúvidas, foi um orgulho poder trabalhar com pessoas e com Deputados do calibre de V.Exa.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Passo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do Partido dos Trabalhadores do Pará. S.Exa. falará pelo tempo regimental de 13 minutos: 8 minutos pela Minoria e 5 minutos pelo Pequeno Expediente.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, hoje, naturalmente, é um dia de tristeza para o Brasil, um dia de tristeza para nós, filiados e filiadas, dirigentes do Partido dos Trabalhadores, Deputados e Deputadas que neste Congresso Nacional defendemos o povo brasileiro.

Não fosse a insistência dos Parlamentares de partidos que defendem a democracia, até a reforma da Previdência teria sido aprovada nesta Casa.

Ontem, pela segunda vez, o Supremo Tribunal Federal deste País contribuiu para mais uma etapa do golpe. Talvez eu tenha sido o primeiro ou um dos primeiros Parlamentares do Partido dos Trabalhadores a dizer desta tribuna que o principal culpado pela deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República foi o Supremo Tribunal Federal. O Supremo poderia ter afastado Eduardo Cunha, mas não o fez. Afastou Delcídio do Amaral do Senado Federal, mandou prendê-lo. Não deixou Lula ser Ministro de Dilma, interveio, portanto, no Executivo. Porém, não interveio nesta Casa, ainda que Eduardo Cunha já fosse réu; mas, como ele era importante nesta Casa para conduzir a sessão do *impeachment*, somente depois o Supremo pediu que o afastassem.

Ontem, novamente, num jogo combinado, a Presidenta Cármen Lúcia, que almoça com Michel Temer e toma chazinho com Aécio Neves, manda Lula para a cadeia. A Presidenta do tribunal passa a ser uma das principais culpadas, em vista



dos desdobramentos que serão ainda mais negativos para o povo brasileiro e para a história da democracia brasileira.

Como disponho de um tempinho maior, faço questão de ler a nota oficial do Partido dos Trabalhadores.

*Hoje é um dia trágico para a democracia e para o Brasil.*

*Nossa Constituição foi rasgada por quem deveria defendê-la, e a maioria do Supremo Tribunal Federal sancionou mais uma violência contra o maior líder popular do País, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.*

*Ao negar a Lula um direito que é de todo cidadão, o de defender-se em liberdade até a última instância, a maioria do STF ajoelhou-se ante a pressão escandalosamente orquestrada pela Rede Globo.*

*Ao pautar o julgamento do habeas corpus de Lula, antes de apreciar as ações que restabelecem a presunção de inocência como regra geral, a Presidenta do STF determinou mais um procedimento de exceção.*

*Esse direito fundamental, que fatalmente voltará a valer para todos, não valeu para Lula.*

*Não há justiça nesta decisão. Há uma combinação de interesses políticos e econômicos, contra o País e sua soberania, contra o processo democrático, contra o povo brasileiro.*



*A Nação e a comunidade internacional sabem que Lula foi condenado sem provas, num processo ilegal, em que juízes notoriamente parciais não conseguiram sequer caracterizar a ocorrência de um crime.*

*Lula é inocente, e isso será proclamado num julgamento justo.*

*O povo brasileiro tem o direito de votar em Lula, o candidato da esperança. O PT defenderá esta candidatura nas ruas e em todas as instâncias, até as últimas consequências.*

*Quem tem a força do povo, quem tem a verdade ao seu lado, sabe que a Justiça ainda vai prevalecer.*

Parabéns ao Partido dos Trabalhadores!

Eu quero sugerir à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores que inicie um processo de convite a todos os diretórios do PT no Brasil inteiro, de norte a sul, desde o diretório mais distante, dos Estados do Norte, do Sul e do Nordeste do Brasil, para que possamos, a partir da próxima semana, iniciar uma grande mobilização neste País, uma caminhada para São Paulo, não só para apoiar o Presidente Lula, mas também para impedir a sua prisão.

Ainda faltam alguns procedimentos jurídicos, mas é questão de alguns dias. Essa Direita reacionária e criminoso do Brasil está determinada a prender o Presidente Lula, tanto é que fez questão de antecipar, de passar o processo para a frente, em Porto Alegre, para adiantar o julgamento.



Portanto, é claro que eles querem, sim, prender o Presidente Lula. Mas vão prender um presidente que não cometeu nenhum crime! Vão prender o Presidente porque hoje ele tem 35% em qualquer pesquisa eleitoral. Mas saibam que, preso, o Presidente Lula terá mais votos do que os candidatos do PMDB, do PSDB, do Democratas, e outros por aí, soltos. Isso será uma grande vergonha para esse povo. Não pensem, portanto, que será fácil para vocês, que vêm tramando este golpe com a participação do Judiciário brasileiro.

Vejam bem o que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff. Não acharam nenhum crime. Inventaram um: as pedaladas fiscais. A Presidenta Dilma não responde a nenhum processo. Será, inclusive, candidata a Senadora por algum Estado do Brasil e virá, com certeza, para o Congresso Nacional como Senadora.

É uma vergonha para essas forças atrasadas que, sempre que temos avanços na política brasileira, vêm com fechamento do Congresso e com golpe! Não é a primeira vez que isso acontece no Brasil. Em várias ocasiões, já tivemos situações escandalosas como esta. Tento lembrar algumas datas, mas não estão disponíveis para mim neste momento.

O que importa é que, no momento em que o povo brasileiro pensava que estava caminhando para a frente, que estava se desenvolvendo, com os 12 anos do Governo Lula e Dilma, com a abertura de várias universidades no País, vários programas, várias obras estruturantes, criando oportunidades para nossa juventude estudar mais, tanto dentro como fora do Brasil, de repente tudo isso cai por terra.

Estamos caminhando para trás. Nossas riquezas estratégicas estão sendo vendidas por esse Governo caloteiro e ilegítimo, esse Governo que assaltou o



poder. Não fosse este assalto ao poder, não estariam fazendo esta “daneira” toda com nosso povo e com nosso Brasil.

Isso é muito triste para nós que lutamos tanto para melhorar o Brasil, para nós que ouvimos o clamor do povo, que quer mais educação, mais saúde, mais segurança pública, que quer a reforma agrária, entre outras. Agora o povo começa a perceber que nada disso é possível.

É bom que se registre, aliás, que está acontecendo o contrário. Aqui se constitucionalizaram os cortes de verbas para a saúde, a educação, a segurança pública, quando se votou uma emenda constitucional com a maioria dos Deputados desta Casa comprados por Michel Temer para limitar as verbas por 20 anos.

É por isso que a violência aumenta no Brasil. É por isso que as universidades começam a viver dificuldades. É por isso que a saúde começa a ficar cada vez pior. O Governo que aí está tira dinheiro dos pobres para dar aos ricos. Este é o Governo que atende apenas aos pedidos dos ricos. Tudo o que é planejado e votado serve apenas para lapidar e quebrar o Brasil.

Esta é a tentativa de prender o Presidente Lula, fazer com que passe pelo Supremo, um Supremo de joelhos, um Supremo que deveria honrar a Constituição brasileira. Não fez isso esta noite. Ficaram até de madrugada fazendo lindos e embaraçosos discursos. Ficaram até de madrugada fazendo malabarismos nos discursos, para justificar o voto.

Quero parabenizar aqueles cinco Ministros, brilhantes que foram em suas defesas, ao defender a Constituição e ao defender que o cidadão tenha o direito do trânsito em julgado antes de ser condenado. Condenar um homem justo e inocente



como o Presidente Lula é uma das maiores covardias e uma das maiores violências que eu já vi ser cometida neste País.

Nós, porém, estamos firmes e ficaremos ainda mais fortes em defesa do Presidente Lula, para que ele volte a ser Presidente deste País.

É isso, Sra. Presidenta Erika Kokay.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Zé Geraldo.

*Durante o discurso do Sr. Zé Geraldo, o Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*





**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - Passo a palavra neste Pequeno Expediente, pelo prazo de 5 minutos, ao Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Erika Kokay, eu quero cumprimentar a todos e dizer que, no dia de hoje, estou encerrando as minhas atividades na Casa, devido à minha condição de suplente de Deputado.

Estou aqui graças ao meu amigo Governador José Ivo Sartori, a quem o povo do Rio Grande do Sul concedeu o direito de ser Governador. Pelos votos recebidos por mim na minha cidade e na minha região, sou o segundo suplente da bancada do PMDB do Rio Grande do Sul, depois do Deputado Márcio Biolchi e de Giovani Feltes, Secretários Estaduais do Governo José Ivo Sartori, que amanhã, 6 de abril, estarão assumindo os seus mandatos nesta Legislatura.

Eu quero agradecer muito à sociedade rio-grandense pela oportunidade que tive, e quero dizer que, neste período em que permaneci nesta Casa, procurei fazer aquilo que o povo do Rio Grande do Sul e a maioria dos brasileiros fazem, que é trabalhar muito. Procurei não ter nenhuma falta e ser um Deputado presente de segunda a sexta-feira. A Deputada Erika Kokay e o Deputado Hildo Rocha podem comprovar isso, porque também estão sempre aqui, inclusive às sextas-feiras.

Eu gostaria de fazer um breve balanço das minhas atividades. Neste período de 3 anos e 3 meses, eu usei da palavra por 1.166 vezes, defendendo interesses do meu Estado e do Brasil, procurando trabalhar forte, defendendo a nossa economia, defendendo a retomada do crescimento, defendendo os agricultores, defendendo a sociedade em geral.



Além disso, tive a oportunidade, através do Deputado Rodrigo Maia, que é o nosso Presidente desta Casa, de assumir a Presidência dessa Mesa por 105 vezes.

Tive um total de 246 projetos relatados nas Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente. Apresentei 66 proposições, como projetos de lei, requerimentos e pedidos de audiência pública, entre outras. E hoje tenho um total de 35 projetos em andamento nas Comissões.

Neste período, participei de 954 audiências nos Ministérios da Saúde, da Indústria e Comércio, da Integração, do Turismo, das Cidades e da Agricultura, na Caixa Econômica Federal, na ANEEL, no DNIT, no DENATRAN, no Banco do Brasil, no FNDE, na ANTT, nos Correios, e, ainda, de audiências com o Presidente Michel Temer e com o nosso Ministro Eliseu Padilha.

A estas audiências sempre me acompanharam lideranças da minha região, inclusive representantes empresariais. Aliás, está aqui hoje um grande representante da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, do meu Estado, Rio Grande do Sul, o empresário Humberto Tomé, que fez questão de acompanhar este momento. Da mesma forma, estão presentes o Prefeito Cettolin, da cidade de Garibaldi, e o Prefeito Cláudio Ferrari, da cidade de Barão.

Com o trabalho de articulação que resultou disso tudo, consegui levar para a minha região o total de 17,515 milhões de reais para as Prefeituras e para o Estado. A agricultura recebeu um total de 2,350 milhões de reais, e a área de infraestrutura, um total de 25 milhões de reais.

Isso foi resultado dessas audiências, resultado de trabalho e da sensibilização dos Ministros, para mostrar a eles a importância de o Governo Federal repassar recursos para os Municípios, em especial neste período de crise. Como a maior



parte da arrecadação fica aqui, com a União, esses recursos com certeza ajudaram e vêm ajudando aquela região.

Existe ainda todo o trabalho com os projetos votados nesta Casa para a retomada do crescimento da economia. Nós conseguimos tirar o Brasil da crise. Hoje o Brasil está nos trilhos. A inflação caiu, os juros caíram, e aumentaram os empregos, tudo isso graças ao trabalho dos meus colegas Deputados e Deputadas.

Aproveito para agradecer muito ao meu Líder, Deputado Baleia Rossi, assim como a todos os meus colegas da bancada do PMDB. Agradeço ainda à bancada da Oposição, que me ajudou com suas cobranças, e aos Deputados dos partidos da base do Governo, que se tornaram grandes amigos meus.

Presidenta Erika Kokay, eu quero agradecer muito especialmente ao meu amigo, meu grande amigo Governador José Ivo Sartori.

E à minha família — minha esposa, Ieda Pereira, e meus filhos, João Danilo, Bruna e Ana Cláudia — agradeço pela paciência. Eu chegava em casa na sexta-feira, tinha compromissos no sábado e no domingo, e na segunda-feira estava de volta à Câmara.

Quero dizer à equipe de servidores desta Casa que eles são supercompetentes, educados, amigos, e nos respeitam muito. Fiz muitas amizades aqui.

Agradeço por todo o trabalho às equipes da *TV Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, que levam notícias do nosso trabalho para todos os lugares do nosso País e, sem sombra de dúvida, merecem todo o meu respeito, toda a minha compreensão. Parabéns a eles pelo seu trabalho.



Era isso, Sra. Presidenta Erika Kokay, minha companheira do dia a dia. Apesar das divergências, somos amigos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

*Durante o discurso do Sr. Mauro Pereira, a Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hildo Rocha, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Convido para fazer uso da palavra a Deputada Erika Kokay.

V.Exa. dispõe de 10 minutos.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Brasil hoje chora, com democracia em frangalhos e com a constatação absolutamente nítida de que o Estado Democrático de Direito foi rompido, e a Constituição, dilacerada. E penso que um rasgo que se faz na Constituição vai esgarçando o seu tecido e o seu princípio fundante, que diz respeito à dignidade humana.

Eles construíram no dia de ontem, sob a pressão da *Rede Globo*, dos meios de comunicação, de militares ameaçando o rompimento constitucional com uma intervenção militar, o resultado que pudesse vir do Supremo Tribunal Federal. Eles construíram um rasgo na Constituição brasileira que vai, como eu disse, eliminando os seus princípios fundantes, como o da dignidade humana.

Os que fazem isso são os mesmos que querem impor ao Brasil um programa que está de costas para o povo brasileiro. Há quatro eleições eles tentam voltar a governar o Brasil pelo voto popular e não conseguem — não conseguem! —, porque o povo brasileiro sabe que a fome não é natural, e aprendeu que a fome não é natural a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva; o povo brasileiro sabe que não é o ponto de partida que determina o ponto de chegada, mas que todos e todas têm o direito de estar nos bancos das universidades, e aprendeu isso com Luiz Inácio Lula da Silva e o seu Governo. O povo aprendeu com Luiz Inácio Lula da Silva que era preciso empoderar a renda deste País e que o salário mínimo deveria ser valorizado. Aprendeu com a dor de experiências passadas e com o exemplo de



Luiz Inácio Lula da Silva que era possível construir um projeto que fosse de acordo com a grandeza potencial desta Nação: um projeto de desenvolvimento nacional, um projeto que considerasse a nossa potencialidade industrial, agrícola e social, a nossa potencialidade enquanto Nação.

O povo brasileiro vivenciou tudo isso durante 8 anos de Governo Lula, e, conforme mostram de forma incontestável as pesquisas, as intenções de votos para eleger Luiz Inácio Lula da Silva Presidente do Brasil, Lula ganharia no primeiro turno.

Essas intenções de voto foram construídas com as experiências que o povo brasileiro vivenciou durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O povo diz *“Ah! foi Lula quem olhou para os pobres! Foi Lula quem disse que nós tínhamos que ter orgulho de ser brasileiros e brasileiras!”*.

E digo eu: Lula sabe a dor e a delícia de ser brasileiro. Sabe a dor de um País tão marcado pelas casas-grandes e senzalas, a dor de um País tão desigual, mas, ao mesmo tempo, a delícia de ser brasileiro e carregar a resiliência do povo brasileiro.

Quanto ao julgamento de ontem no Supremo Tribunal Federal, o Tribunal se apequenou. A Ministra Cármen Lúcia apequenou o Supremo Tribunal Federal. Apequenou-o e mostrou de forma muito dóida para o Brasil, para a nossa Constituição e para a democracia que esse Tribunal se vergou às diversas pressões — do empresariado; dos militares, ou, melhor dizendo, de segmentos das Forças Armadas, de parte dos militares; da imprensa. Curvou-se. Isso foi dito por um Ministro, que afirmou que não era possível deixar de escutar a voz do povo.



Vejam, se nós perguntarmos à população brasileira se ela quer ou não a existência deste Parlamento, pode ser que o resultado seja o de que ela não quer o Parlamento, porque a política foi muito criminalizada, para que não fosse assumida pela população como instrumento de transformação das suas próprias vidas. E se a população dissesse, em maioria, que quer o fechamento do Congresso, o Supremo Tribunal Federal seguiria o que vem da população?

E o que ele diz da voz do povo? A voz do povo diz que Lula está sendo criminalizado. A voz do povo diz que Lula tem que voltar a governar o Brasil. Essa voz não é escutada? Então, são ouvidos seletivos?

E o que se diz de uma Ministra que afirma ser contra a prisão em segunda instância, mas vai seguir o Colegiado, que tem uma maioria composta por ela mesma, de modo que se ela se posicionasse a partir das suas convicções, essa maioria não mais existiria?

O que se diz disso neste País? Isso é para prender Lula. Tudo isso é para prender Lula. Tudo isso está acontecendo porque a Presidenta do STF poderia ter colocado em votação a ação direta de constitucionalidade que vai esclarecer se é constitucional a prisão em segunda instância, mas não o fez! Pinçou uma ação, a partir do Relator do processo do *habeas corpus*, para tentar fulanizar uma tese.

E não colocou a ação direta de constitucionalidade para ser apreciada — não colocou. Não colocou porque se vergou às pressões daqueles que não querem a volta do Lula; daqueles que construíram de diversas formas o golpe que está estabelecido no Brasil.

E por que eles querem prender Lula? Porque não podem disputar com Lula nas eleições. Porque não podem! Faz 13 anos que Luiz Inácio Lula da Silva é



atacado todos os dias pela televisão — todos os dias! —, e, mesmo assim, eles não conseguem imputar a Lula um crime. Porque não há crime. Não há crime. Não há crime, repito! Não se diz qual foi o favorecimento de que se beneficiou Lula, porque o reforma do triplex é a de um triplex que não pertence ao Lula. E nem se diz qual foi o ato de Lula para favorecer a empreiteira, porque não há, não existe esse ato.

Então, constrói-se uma condenação sem crime; estabelece-se uma culpabilidade a partir da segunda instância, para prender Lula, na mais profunda demonstração de fraqueza daqueles que não conseguem ganhar corações e mentes neste Brasil. Porque o povo vê o que é o *impeachment*, e o povo vê o que é o golpe; e vê que o golpe rasgou a sua carteira de trabalho; e vê que o golpe quis tirar a sua Previdência, quis tirar a sua aposentadoria.

O povo viu também que o golpe está entregando os poços do pré-sal para a Shell com isenção de impostos. Viu que o golpe acabou com o conteúdo nacional. E agora, o que as petrolíferas do País precisam para explorar o pré-sal — embalagens, insumos, equipamentos — comprem do seu país de origem, gerando empregos lá fora, também sem impostos, porque estão isentas dos impostos de importação, gerariam uma receita de cerca de 1 trilhão.

E foram isentados também os impostos do Banco Itaú, num total de 25 bilhões, e os impostos de grandes empresas em cerca de 200 milhões, com o último REFIS.

Isso está acontecendo neste País, e isso só pode acontecer quando se amordaça o povo, calando sua voz. E amordaçar Lula é calar a voz e a vontade do povo deste Brasil.





Eles vão fraudar as eleições em 2018, porque condenar Lula, prender Lula é tentar impedir que Lula dispute as próximas eleições e o povo possa concretizar a sua esperança, o povo possa concretizar a sua própria vontade.

Engam-se eles se acreditam que nós vamos desistir da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Lula vai inscrever a sua candidatura no próximo dia 15 de agosto, porque o povo brasileiro sustenta essa candidatura; porque a vontade do povo brasileiro sustenta essa candidatura, e eles querem calar Lula porque Lula é a única possibilidade de interromper a entrega do País que eles estão fazendo, de interromper a retirada de direitos que eles estão fazendo, de interromper o rasgar a condição e a dignidade do povo brasileiro.

A população brasileira concentra em Lula a perspectiva de que se interrompa esse processo de um Governo que se autoprotege da corrupção. E aí dizem que vestem verde e amarelo contra a corrupção, mas é uma luta contra a corrupção que se cala frente à corrupção de Aécio Neves, de Michel Temer, dos seus apaniguados, dos seus aliados, que percorreram as grades neste País, e querem prender Lula numa prisão política — repito: política! Política! Política!

Eles estão mostrando que, porque não têm votos, se utilizam da farsa de uma prisão política, se utilizam da farsa e da agressão dos tiros, da agressão dos chicotes contra o povo brasileiro. E nós? Ah! vamos continuar resistindo.

Encerro, Presidente, lembrando Darcy Ribeiro, que dizia: *“Eu quis construir uma universidade de qualidade; quis um País que respeitasse seu próprio povo; e fracassei”*. Mas plantei as sementes, diria eu, plantei as sementes. Querem nos enterrar, mas não sabem que somos sementes. Plantei as sementes, diria eu, com a experiência de Darcy Ribeiro.



Darcy Ribeiro dizia: *“Pergunte-me se eu queria estar ao lado desses que se sentem vitoriosos hoje. Não”*. E eu digo: nós não queremos estar ao lado dos que rompem com a dignidade humana, estabelecem as prisões seletivas e prisões políticas em cima da falácia, em cima das mentiras, inclusive dizendo que os presídios seriam abertos neste País...

Ora, existe a prisão cautelar! A prisão cautelar continua existindo neste País. Ela busca salvaguardar o processo. Ela não é uma autorização para que se prenda antes que esteja atestada a culpabilidade, antes que haja o esgotamento de toda a tramitação. A prisão cautelar, que atinge quase 300 mil pessoas neste País, não vai deixar de existir em função de uma decisão de acatar o *habeas corpus* de Lula, e eles sabem disso. Ela busca preservar o processo, para que ele tenha continuidade, e ela se aplica àqueles que estão impedindo a apuração, ameaçando testemunhas ou têm possibilidade de fugir do Brasil.

Por isso, continuamos com Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.



**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Dando continuidade às breves comunicações na sessão de hoje, chamo para fazer uso da palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior, do PCdoB do Maranhão.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, imprensa, galerias e funcionários da Casa, boa tarde.

Nesta semana encerro meu mandato como coordenador da bancada federal do Maranhão, mas não posso fazê-lo sem realizar este ato que comunico agora a V.Exa.

Estou apresentando, no dia de hoje, uma denúncia e um pedido de providências junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT para apurar as responsabilidades da empresa Hytec, que venceu a licitação da obra de asfaltamento da BR-226, no Maranhão, mas que, infelizmente, não consegue entregar o que foi contratado.

Não se faziam obras antes porque não havia recursos. Nós da bancada federal do Maranhão garantimos uma emenda impositiva ao Orçamento para que a obra fosse executada. O contrato foi assinado no ano passado, logo em janeiro — todos nós, Deputados, estávamos presentes. Um sonho de tanto tempo finalmente seria realizado, mas, infelizmente, isso não aconteceu.

Quem tem que tomar as providências quanto a esta questão é o Poder Executivo, o DNIT. Esta Casa já foi acionada muitas vezes, inclusive por V.Exa., Deputado Hildo Rocha, provocando fiscalizações para finalmente dar continuidade ao que foi contratado.



De lá para cá, foram executados apenas 5 quilômetros de asfalto, dos 100 quilômetros contratados. Neste ritmo, esta empresa demorará 40 anos para concluir a obra de asfaltamento da BR-226. Enquanto isso, assaltos acontecem na região. Enquanto isso, a estrada é uma das piores possíveis — já apareceu, com péssima repercussão, até na mídia nacional. Enquanto isso, os maranhenses continuam sendo enganados.

Não podemos aceitar isso! A título de exemplo, a estrada perpendicular, Buriti Bravo a Baú, do Governo do Estado, começou depois e já foi concluída. Se o Governo do Estado não toma providências, por que o Governo Federal não obriga a empresa Hytec a concluir a obra?

Nós estamos apresentando uma denúncia formal para apurar as responsabilidades. O pedido é que a empresa conclua a obra, ou que se convoque a segunda colocada na licitação. Há mecanismos legais para isso. Não podemos continuar com o descaso desta que pode ser considerada a pior empresa do Maranhão por não concluir as obras de asfaltamento da BR-226.

Se houvesse um *ranking* das piores empresas do Maranhão, a Hytec venceria.

Eu detestaria ter que politizar, mas faço um apelo político, neste caso, ao Senador Edison Lobão, pai de Luciano Lobão, dono da empresa. S.Exa. tem autoridade perante o filho para obrigá-lo a concluir a obra, ou então desista da obra, para que se convoque a segunda colocada.

O maranhense não pode aceitar isso, muito menos ficar calado diante de tantos descabros e descasos. Outros Estados brigam pela duplicação de rodovias,



enquanto estamos brigando para que se asfalte uma rodovia essencial para o leste do Maranhão.

Não se trata de falta de recurso, de contrato ou de dinheiro. Infelizmente, é falta de capacidade técnica da empresa para concluir a obra.

Por isso, no dia de hoje, antes de encerrar nosso mandato à frente da coordenação da bancada do Maranhão no Congresso Nacional, formalizarei uma denúncia, com pedido de providências, contra a empresa Hytec, para que ela conclua, de uma vez por todas, o asfaltamento da BR-226 no Maranhão.

Era este o comunicado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Parabéns, Deputado, pela fiscalização de tantas obras inacabadas. Esperamos que o Ministério dos Transportes e o DNIT tenham a responsabilidade de não deixar que obras fiquem paradas por muito tempo, como algumas no Estado do Pará.

*Durante o discurso do Sr. Rubens Pereira Júnior, o Sr. Hildo Rocha, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Geraldo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão. S.Exa. dispõe de até 10 minutos.

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Zé Geraldo, peço a V.Exa. que acrescente 3 minutos ao meu tempo.

Sras. e Srs. Deputados, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT realmente precisa punir a empresa que deveria ter concluído a obra de asfaltamento da BR-226, no Maranhão. Foram recursos que nós conseguimos através de emenda impositiva da bancada. Como disse o Deputado Rubens Pereira Júnior, esta construtora realmente não está dando conta da conclusão dos trabalhos. Nós até solicitamos a fiscalização da obra, por meio da Comissão de Fiscalização da Câmara, por requerimento de nossa autoria aprovado na Comissão. A fiscalização era para ter ocorrido no fim do ano passado, mas, como os trabalhos foram encerrados, não foi possível. Porém, já estou solicitando que a fiscalização seja realizada.

Quero convidar o Deputado Rubens Pereira Júnior a participar da fiscalização da obra e fazermos de tudo para que ela seja concluída. Outras estradas federais, logicamente, necessitam de manutenção — já levei este pleito ao conhecimento do DNIT, por meio de pronunciamento que fiz —, como a BR-135, no trecho do Peritoró até Presidente Dutra; a BR-226; a BR-222, no trecho de Vargem Grande a Chapadinha. Estas rodovias precisam urgentemente de recuperação.

Sr. Presidente, parabênzo o Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul, pelo trabalho realizado durante este curto tempo. Ele é um Deputado competente! Vamos sentir muita saudade. O Deputado vai fazer muita falta no Parlamento, nesta Câmara Federal, porque é um dos que mais trabalham na



atualidade. Às vezes, quando chego à Casa, às 8h5min, ele já registrou presença no painel às 8 horas e se inscreveu para falar. O Deputado Mauro Pereira participou de várias Comissões durante o tempo em que aqui estive. Sou testemunha do bom trabalho que este Parlamentar gaúcho realizou na Câmara Federal.

Espero que ele receba uma votação consagradora, tendo em vista o belíssimo trabalho realizado na Câmara dos Deputados e em toda a Esplanada, nos Ministérios. O Deputado sempre trouxe as demandas dos Prefeitos e empresários de Caxias do Sul.

O Deputado que eu mais vi defender Caxias do Sul foi Mauro Pereira. Eu já conheço a história de Caxias do Sul, de tanto ele falar e defender esta cidade maravilhosa do Rio Grande do Sul.

Espero que V.Exa. tenha sucesso, uma vitória belíssima na próxima eleição, meu amigo Deputado Mauro Pereira. V.Exa. faz por merecer, porque fez um grande trabalho como Parlamentar.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para agradecer ao Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, por ter determinado a instalação de Comissão para apreciar a PEC 253-A, que permite que as entidades de cunho nacional que defendem os Municípios proponham uma ADI. Trata-se de uma iniciativa importante, porque muitas vezes algumas leis são aprovadas no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas acabam ferindo a Constituição Federal, ao designar diversas atribuições aos Municípios que não são possíveis de ser realizadas.

Na terça-feira, será instalada a Comissão Especial que deverá analisar esta PEC. Convido todos os Deputados a participar da instalação da Comissão, para



elegermos, na terça-feira, o Presidente e realizar este que é um trabalho muito importante.

Gostaria de tratar de outro assunto, Sr. Presidente. Hoje, no *Bom Dia Brasil*, mais uma vez, o Maranhão foi notícia negativa. No quadro *O Brasil que eu quero*, o jovem Rodrigo Gaspar, de Cajari, mostrou um hospital do Município de Cajari fechado há muito tempo. O hospital foi construído pelo Governo Roseana Sarney. Ela não fez apenas aquele hospital: ela construiu 64 hospitais durante a sua gestão.

O atual Governador, o Governador Flávio Dino, simplesmente fez com que os hospitais fossem fechados, não apenas o de Cajari. Por que isso aconteceu? Porque Flávio Dino deixou de repassar às Prefeituras, no Repasse Anual Fundo a Fundo, o recurso para custeio e funcionamento das unidades hospitalares municipais, das unidades hospitalares de 20 leitos que muito servem para a comunidade, para que os cidadãos e as cidadãs tenham um hospital de urgência e emergência na cidade, ou mesmo aquela senhora que esteja grávida tenha o filho numa unidade de saúde.

O Governador Flávio Dino, de forma perversa, deixou de repassar o dinheiro aos Municípios, que, sozinhos, não têm condições de fazer os hospitais funcionarem.

Sr. Presidente, quero registrar minha visita hoje ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Estive com o Coronel Renato Newton Ramlow, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil. Fui tratar da situação dramática em que se encontra a população do Município de Marajá do Sena. No mês de fevereiro, houve um grande alagamento em toda a cidade. Uma chuva muito forte alagou a sede do Município, destruindo vários povoados. Estradas foram danificadas e pontes foram derrubadas.





Agora, na última Sexta-Feira Santa, no dia 30 de março, novamente e com mais força ainda, com maior quantidade de chuva e uma precipitação pluviométrica muito maior do que a normal, a cidade sofreu com as inundações e cheias, que destruíram pavimentações, pontes — casas foram derrubadas. No entanto, o Secretário Nacional, o Coronel Newton, nos garantiu que vai dar total apoio para a recuperação dos danos provocados pelas inundações em Marajá do Sena.

Eu falei com o Prefeito Lindomar Araujo, e está sendo concluído o plano de trabalho. Após a realização deste plano de trabalho, o Ministério da Integração, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, analisará a proposta feita pelo Município, e vamos apoiá-la, para que sejam liberados recursos para a reconstrução das estradas, para a pavimentação da sede do Município e outras edificações que foram ao chão.

Em tempo, gostaria de registrar que foi entregue hoje, às 11h30min da manhã, pela Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, Kátia Bogéa, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO o dossiê sobre o complexo cultural do bumba meu boi do Maranhão para ser reconhecido pela UNESCO como patrimônio cultural imaterial da humanidade. Assim como o frevo e o samba, agora o bumba meu boi será reconhecido.

Lembro que em 2011 o Governo Federal chancelou aquilo que todo o povo brasileiro desejava: registrar o bumba meu boi do Maranhão como patrimônio cultural do Brasil. Isso ocorreu em 2011, graças ao trabalho incansável e competente da Governadora Roseana Sarney, para o qual muito colaborou Kátia Bogéa, que era Superintendente do IPHAN no Maranhão, que agora faz um grande



trabalho como Presidente Nacional do órgão. De maneira competente, como sempre, Bogéa conseguiu fazer com que o bumba meu boi do Maranhão recebesse reconhecimento por parte do povo brasileiro como patrimônio cultural.

Com esta nova etapa, todos vão ter a oportunidade de conhecer e ter contato com esta que é uma das mais completas manifestações culturais do nosso País, pois o bumba meu boi, além da dança, que segundo alguns folcloristas é considerada a mais original de todas as danças dramáticas que temos no País, muito bonita, que muda de acordo com o sotaque, tem, igualmente, figurinos muito bonitos e toda uma cadência.

Nós temos vários sotaques: o sotaque de orquestra, matraca, zabumba, costa de mão, que precisa do apoio urgente das autoridades, de quem defende o folclore, a nossa cultura, porque está praticamente em extinção. Este é um dos sotaques-raízes do bumba meu boi no Brasil.

O bumba meu boi nasceu no Maranhão. Depois que foi iniciado no Estado, foi para outras unidades da Federação. Aliás, há um projeto de lei de nossa autoria que tramita no Senado e já foi aprovado em todas as Comissões desta Casa por unanimidade, que denomina a cidade de São Luís, Capital do Maranhão, Capital Nacional do Bumba Meu Boi.

Sem dúvida nenhuma, São Luís merece esta denominação, pois é a cidade que mais tem grupos de bumba meu boi em todo o Brasil. Além disso, a diversidade é muito grande, e o povo ludovicense, meus conterrâneos de São Luís, tem verdadeira admiração pelos grupos de bumba meu boi, qualquer que seja o sotaque.

No período de São João, quem vai a São Luís e conhece o evento fica fascinado, Sr. Presidente, com a apresentação do bumba meu boi. V.Exa., Deputado



Zé Geraldo, precisa ir ao Maranhão para ver. Convido outros Deputados e Deputadas, especialmente o Deputado Mauro Pereira, a irem ao Maranhão para conhecer as apresentações deste que é um dos principais folclores, o bumba meu boi. Estão todos convidados.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicações desta Casa.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Vamos agora ouvir o último inscrito desta tarde — pelo menos até agora —, o Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul, que faz, acredito, o seu último pronunciamento desta Legislatura, já que S.Exa., ao voltar para o Estado, iniciará a pré-campanha para 2019.

Deputado Mauro, desejo que V.Exa. tenha sorte na sua trajetória no seu Estado — um Estado bonito, de gente trabalhadora. Eu conheço algumas regiões, inclusive a região dos vinhedos. Já passei por lá uns 5 dias, andei por Gramado, por Canela, provei bastante vinho, queijo, salame — aquelas coisas boas que vocês produzem lá.

Parabenizo também seus amigos, convidados, conterrâneos da sua região, da sua cidade, Caxias do Sul. Não conheço ainda Caxias do Sul, mas vou conhecer em breve, com certeza.

V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo, do Partido dos Trabalhadores do Pará — um Deputado competente, amigo. Nós temos divergências políticas, mas respeitamos o trabalho um do outro, e é especial o seu trabalho em defesa do povo do Pará. Parabéns. Também desejo sucesso na sua trajetória.

Sou Vice-Líder da bancada do PMDB e Vice-Líder do Governo. Desses 3 anos e 3 meses, este é meu último pronunciamento aqui como Vice-Líder da bancada do PMDB.

Quero agradecer aqui mais uma vez a presença dos meus amigos, Claudio Ferrari, Prefeito de Barão; Antonio Cettolin, Prefeito de Garibaldi e Presidente da AMESNE — Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste; e



também o Sr. Humberto Tomé, nosso grande empresário de Caxias do Sul, que está aqui também cuidando dos interesses da região no que se à área da energia elétrica — tivemos ontem audiência na ANEEL e daqui a pouco nós vamos estar com o Presidente Michel Temer. Está aqui também representando toda a equipe do gabinete, Jaqueline, Mauro Lopes, minha amiga Cristina, os quais quero cumprimentar, estendendo este cumprimento a todos os meus colegas de trabalho do dia a dia.

Como Vice-Líder da bancada do PMDB, do MDB, eu quero dizer que nesses meses, desde que assumiu este mandato, o qual nós temos ainda 9 meses para administrar, o Presidente Michel Temer, desde o momento que assumiu, juntamente com o Ministro Henrique Meirelles — que hoje está filiado ao MDB, motivo de orgulho para nós, porque se trata de homem culto, homem preparado, que pegou o Ministério da Fazenda de um Brasil com uma recessão incrível, uma das maiores crises da história do nosso País —, através de projetos encaminhados para essa Casa, projetos de extrema importância, que a sociedade esperava, conseguiu novamente trazer credibilidade e trazer a esperança para a sociedade brasileira.

Esses projetos encaminhados pelo Presidente Michel Temer e pelo Ministro Henrique Meirelles com certeza foram de extrema importância para se alcançar essa credibilidade.

Nós tivemos o teto de gastos, a reforma trabalhista, a terceirização, a repatriação do dinheiro que as pessoas tinham no exterior. Foram repatriados 55 bilhões de reais, recurso importante no final de 2016, que possibilitou o pagamento de praticamente todos os restos a pagar que a ex-Presidenta Dilma deixou. Dívidas



---

com fornecedores, com Municípios, na área da saúde, todas foram pagas graças a projetos que vieram a esta Casa.

Em relação a todo aquele dinheiro que os empresários, as pessoas tinham no exterior e não podiam trazer para o Brasil, foi feito um projeto de lei para que as pessoas pagassem os impostos relativos a esses recursos e o dinheiro fosse repatriado. E os impostos geraram 55 bilhões de reais para os cofres públicos, recurso que com certeza ajudou o nosso País em 2016.

Em seguida, foi liberado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, um dinheiro do trabalhador que ficava parado sem render juros. Esse recurso foi liberado, e em torno de 44 bilhões de reais beneficiara a economia.

Todas essas medidas fizeram com que a economia começasse a melhorar.

Nós tivemos a maior safra de grãos da história. E, aí, nós temos que parabenizar o Ministro Blairo Maggi e toda a sua equipe pelo trabalho feito. Temos que parabenizar os nossos produtores rurais, o pessoal do agronegócio.

Com a supersafra, nós tivemos um crescimento no PIB, graças ao agronegócio.

Com todas essas medidas tomadas pelo Presidente Michel Temer, automaticamente nós conseguimos o que é mais importante: a credibilidade dos investidores internacionais. E essa credibilidade já resultou em milhões de dólares de investimento de empresas estrangeiras no nosso País. E o mais importante: os investidores brasileiros também estão investindo.

E tudo isso fez com que os empregos comessem a ser retomados. A minha cidade, Caxias do Sul, e a Serra Gaúcha sofreram uma das maiores recessões da história. Nós tivemos uma queda de até 50% da produção da região. Hoje, as empresas estão contratando. Nós temos empresas, como a Marcopolo, a Neobus,



que já estão trabalhando inclusive aos sábados e aos domingos, e contrataram milhares de servidores.

Temos a empresa Randon. Infelizmente, faleceu o nosso grande amigo Raul Randon — que Deus o tenha! —, e os filhos, a família, têm a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho do S. Raul.

Moral da história: a indústria de ferramentas, as matrizerias estão empregando a pleno vapor, as nossas indústrias estão gerando empregos, e a construção civil também está começando sua retomada.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil está no caminho certo. E, para que ele continue nesse caminho, é muito importante que, nesta reforma ministerial do Presidente Michel Temer, seja mantida a mesma linha de atuação, e que os novos Ministros tenham responsabilidade com as finanças públicas, como se teve até agora. E o mais importante, a fim de que as coisas continuem acontecendo no nosso País, é que permaneça o diálogo com Deputados, Deputadas, Prefeitos e Vereadores, porque são eles que trazem as demandas, que trazem os problemas dos Municípios.

O Brasil precisa de estabilidade, precisa de segurança. Nós vimos ontem importantes decisões serem tomadas pelo Supremo Tribunal Federal. O Brasil está sendo passado a limpo. Há 4 anos, a Lava-Jato, o Juiz Sergio Moro, a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral da República, o STF vêm fazendo o seu trabalho, e, com isso, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos ter uma eleição mais tranquila.

Eu acredito que o Judiciário vai deixar registrar candidaturas somente de pessoas que tenham a ficha limpa. Isso é muito importante para o processo eleitoral,



para que as pessoas que irão escolher seu candidato não fiquem preocupadas se ele é ou não é honesto. Só pelo fato de ele ser candidato, ele já está com a ficha limpa. Aí vão entre outros critérios: se ele é trabalhador e quais são as suas propostas.

Nós vamos ter uma eleição que, nós esperamos, será uma eleição tranquila, da qual o povo poderá participar. É natural que todas aquelas pessoas que se julgam mais inteligentes do que os outros porque estudaram mais, que se julgam importantes, digam: *“Eu não vou votar em ninguém, eu não quero saber de votar”*.

É muito importante que essas pessoas pensem e analisem bem, porque eles podem não votar, mas alguém vai ser eleito, alguém vai estar aqui e vai representá-lo. Então, é muito importante que as pessoas que dizem, que pensam ou que têm certeza de que são mais inteligentes e mais cultas escolham um candidato.

O Brasil só vai melhorar quando a sociedade escolher bem os seus representantes, tanto para a Câmara de Vereadores como para a Assembleia Legislativa, para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, para o Governo estadual como para a Presidência da República. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós estamos no caminho certo.

Eu quero mais uma vez agradecer ao Presidente Michel Temer, a todos os Ministros que fazem parte da equipe do Governo Federal e a todos os presidentes de autarquias. Eu estive em 954 audiências em órgãos federais, sempre levando Prefeitos, Vereadores, empresários, para debater assuntos relacionados aos problemas da nossa indústria, que não foram poucos.

Com o REFIS, nós refinanciamos as dívidas tributárias que as grandes e as médias empresas tinham com a União. Nesta semana, nós acabamos de definir e





acertar que as micro e as pequenas empresas também vão renegociar todas as suas dívidas de tributos com a União, e tivemos ainda o FUNRURAL.

Portanto, medidas importantes foram tomadas, e eu tive a oportunidade de participar delas. Foi um trabalho gratificante, com nenhuma falta, com muita dedicação, mas também com muito estresse. Eu arrumei muita confusão para minha cabeça, mas saio daqui tranquilo e ciente do dever cumprido.

Com certeza, eu só tenho a agradecer a esta Casa, aos servidores públicos, à minha família e à imprensa. Olha, a imprensa tem um papel fundamental na nossa vida. A imprensa, ela cobra, ela elogia. A imprensa está de parabéns. Eu mesmo quero agradecer a toda a imprensa, as nossas rádios, todos os jornais do País.

Com uma imprensa livre, muitas vezes podemos até não gostar do que ouvimos, mas é muito importante o trabalho da imprensa na vida do Prefeito, na vida do Vereador, na vida do Deputado, na vida do Governador e na vida do Presidente.

Agradeço ao Deputado Zé Geraldo, Presidente desta sessão, ao Presidente Rodrigo Maia por todas as oportunidades de trabalho que tive aqui, e ao meu Líder e meu amigo, Deputado Baleia Rossi.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Deputado, boa sorte em sua jornada no Rio Grande do Sul.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Antes de encerrar esta sessão, eu quero registrar a presença do campeão mundial de surfe adaptado, David Teixeira, conhecido como Davizinho Radical.

Parabéns, Davizinho Radical! Que lindo! Você já encantou o mundo! Aos 10 anos de idade, foi vice-campeão mundial na categoria AS-5 Assist, para surfista que precisa de ajuda para entrar nas ondas.

Quero parabenizar também os seus patrocinadores e sua família por todo o apoio que lhe dão.

Que Deus o abençoe e lhe dê muita sorte na sua trajetória, na sua caminhada. Você ainda é uma pessoa jovem e com certeza tem muita coisa pela frente para nos representar em qualquer lugar neste País e fora do Brasil. *(Palmas.)*

Um grande abraço.

Também quero transmitir um abraço a todos aqueles que já se encontram em São Paulo, às Lideranças do meu partido, aos Senadores e Deputados Federais e às lideranças sindicais do movimento social que estão lá em solidariedade ao Presidente Lula.

Nós vamos continuar em mobilização constante nesta sexta-feira, no sábado, no domingo, na segunda-feira, para dizer ao mundo que esta semana aconteceu aqui em Brasília uma grande injustiça no Supremo Tribunal Federal, que condenou um homem justo como o nosso Presidente Lula.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Passa-se ao

**V - GRANDE EXPEDIENTE**

Não há oradores.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Passa-se às

## **VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**

Não há oradores.



## **VII - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, sexta-feira, dia 6 de abril, às 9 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, sexta-feira, dia 6 de abril, às 15 horas, em homenagem ao Dia do Circo.



*(Encerra-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA NO PERÍODO DESTINADO ÀS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 055, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PSDB-MG. Como Líder. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença na tribuna é para trazer, de certa forma, um protesto das instituições democráticas e, sobretudo, do Parlamento brasileiro quanto a certos fatos que estão acontecendo e que merecem aqui, de fato, a nossa condenação.

Chegou-nos, agora, a notícia de que o Deputado Paulo Maluf está internado e preso — preso! E também estão presos o Deputado João Rodrigues e o Deputado Celso Jacob. Estão presos!

Sr. Presidente, foi o Supremo Tribunal Federal que decidiu essa prisão, uma prisão absurda, uma prisão que coloca mal o Judiciário brasileiro! Quem conhece a Constituição — e qualquer aluno no primeiro ano de faculdade de Direito — sabe muito bem que o § 2º do art. 53 da Constituição, Sr. Presidente, diz o seguinte:

*Art. 53.....*

*§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva (...).*



Aí vem, logo em seguida, a informação: *“Mas eles foram condenados”*.

Sr. Presidente, eles esquecem também que o art. 55 da Constituição diz que a perda do mandato pode haver

*Art. 55. ....*

*V - quando o decretar a Justiça Eleitoral (...);*

*VI - que sofrer condenação criminal — o Deputado — em sentença transitada em julgado.*

Mas, logo em seguida, o parágrafo 2º diz o seguinte:

*Art. 55. ....*

*§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI — este é justamente o da condenação —, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal (...) por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou (...).*

Mesmo condenados com trânsito em julgado, os Deputados não podem ser presos e não podem ser mantidos na prisão. O assunto depende da Câmara dos Deputados ou do Senado da República.

Então, nós estamos assistindo, Sr. Presidente, realmente a um espetáculo de ilegalidade, de inconstitucionalidade, de desrespeito à Carta Magna por parte do Supremo Tribunal Federal. Essa é a realidade. Sinto muito dizer isso, estando, ali dentro do Supremo, pessoas que merecem todo o meu respeito.

Mas esses episódios são antigos. Aquele episódio do Deputado Natan Donadon foi o primeiro movimento que houve — confuso — contra a Câmara dos Deputados.





E direi a V.Exas. aqui, hoje, que os três Deputados — Paulo Maluf, João Rodrigues e Celso Jacob — se encontram presos, presos, em desacordo total com a Constituição.

Nós não podemos, Sr. Presidente, ficar nesse marasmo! Quando começou uma atitude contra o Deputado Celso Jacob, vim a esta tribuna, fiz um discurso, fiz um apelo à Mesa da Câmara para que levasse em conta a matéria e tomasse as providências devidas na defesa dos direitos desta Casa, que são os direitos dos Parlamentares.

Soube outro dia de uma forma, digamos assim, quase que pouco conhecida que a Mesa da Câmara tomou providências no Supremo Tribunal Federal, mas tomou providências processuais, como se este fato fosse um ato processual comum, do processo civil, do processo penal ou do processo parlamentar. Mas estes atos foram atos contrários à Constituição, à Carta Magna do Brasil. Foi um desrespeito ao povo que, através dos seus representantes, fez o seu texto.

Na época, achei que a Mesa da Câmara deveria enviar ao Supremo Tribunal Federal um pedido de reconsideração, o que seria um procedimento fora do dia a dia, porque o dia a dia da vida legislativa, da vida das leis, não encontrava meios para esse tipo de atividade. E eles estão nesta situação, continuam presos.

Agora, soube também que a Mesa da Câmara dos Deputados nomeou vários Deputados para examinar o processo de cada um deles e dar parecer ao Plenário a respeito da matéria.

Sr. Presidente, enquanto estes Deputados não forem soltos, esta Casa não pode, de forma nenhuma, tomar nenhuma providência a respeito do assunto, porque ela está estabelecendo, na realidade, um respeito à vida parlamentar, à instituição



Câmara dos Deputados, ao lado do Senado da República, formando o Congresso e a representação do povo brasileiro.

Quero, Sr. Presidente, deixar assim pois aqui o meu protesto e fazer um apelo às Lideranças e sobretudo à Mesa da Câmara e ao seu Presidente. Não é possível que isso ocorra.

Eu me lembro muito bem do Deputado Flávio Marcílio, que foi Presidente desta Casa. O Supremo Tribunal Federal iniciou um processo contra um Deputado de uma maneira inteiramente legal. Ele saiu aqui desta Casa indignado, encontrou comigo e falou o que ia fazer. Foi ao Supremo pessoalmente, procurou o Presidente do Supremo, procurou os membros do Supremo e falou que a Câmara tomaria providências graves contra o Supremo Tribunal, inclusive poderia, se quisesse, realizar aqui o processo de *impeachment*, porque os Ministros do Supremo Tribunal, todos eles, estão sujeitos a decisões relativas ao *impeachment* contra os mesmos, o que é uma atitude do Congresso, em favor das suas prerrogativas e dos seus direitos.

Ficam, portanto, Sr. Presidente, aqui minhas palavras de revolta e de defesa da nossa Casa, numa hora em que a democracia precisa, cada vez mais, renovar os poderes do Poder Legislativo, porque nele é que está a vontade do povo brasileiro.